



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 31 | Jul./Dez. de 2024

O GOLPE DE 1964 E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: memórias, histórias e perspectivas.

Em 31 de março de 1964, uma terça-feira, às 2h da manhã, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar (4ª RM) e da 4ª Região de Infantaria na cidade de Juiz de Fora (MG), recebia a visita de secretários de Estado do governador Magalhães Pinto. A presença da delegação marcava o apoio decisivo de políticos e empresários mais influentes de Minas Gerais em uma eventual – e planejada – investida contra a presidência da República. Antes de reunir as tropas, Mourão Filho lançou à nação um manifesto com forte teor anticomunista exigindo a renúncia de João Goulart.

A decisão de Mourão Filho antecipou a conspiração golpista que se articulava em diferentes regiões do país, dando início a uma ditadura que durou 21 anos. Ainda naquela madrugada, por volta das 4h da manhã, 6 mil homens da 4ª RM iniciaram uma marcha em direção ao Estado da Guanabara, com a missão de depor o presidente João Goulart. O 31 de março, dia do golpe, converteu-se em uma data emblemática, e se tornou um dos acontecimentos mais importantes da história política brasileira contemporânea.

Mariana Joffily já assinalou que “datas redondas” são momentos que conchama debates, “des-comemorações” e balanços historiográficos¹. Com efeito, a cada dez anos de “aniversário do golpe”, diversos eventos, públicos e acadêmicos, são organizados para refletir sobre 1964 e a experiência autoritária que se seguiu. Diversas matrizes interpretativas sobre o golpe e a ditadura foram gestadas justamente por ocasião dessas efemérides, constituindo um relevante campo de conhecimento.

Se, nos primeiros estudos da década de 1980, predominavam a história política e a história econômica – com ênfase nos estudos sobre movimento estudantil e trabalhadores –, a partir dos anos 2000, a história cultural passou a ganhar mais destaque, com pesquisas que abordam temas como gênero, memória, imaginário, cultura política, artistas e intelectuais. Para além de novas temáticas, conceitos-chave e linhas interpretativas foram construídos ou revisitados. É o caso da questão da adesão e participação de civis no regime, e que envolvem os debates ao redor do termo ditadura civil-militar, e a dicotomia estanque entre a noção de colaboração *versus* resistência, que passou a ser tensionada com as reflexões a partir das ideias de zona cinzenta e acomodações².

A expansão e diversificação das pesquisas sobre a história da ditadura foi impulsionada também pela disponibilidade de fontes. O acesso aos arquivos da repressão foi uma conquista que se deve em parte à mobilização de pesquisadores e da sociedade civil em torno das investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – outra efeméride em 2024, já que o relatório final da Comissão foi publicado há dez anos.

Dentre as tímidas iniciativas por memória, verdade, justiça e reparação, a emergência da CNV constitui um marco importante, tanto pelo envolvimento dos historiadores na reflexão acerca do seu papel diante das formas de políticas de memória promovidas pelo Estado quanto pela centralidade desta iniciativa dentro de um longo e tortuoso processo de justiça de transição no Brasil. Ao investigar a CNV como uma política de memória, Caroline Bauer realiza uma habilidosa reflexão teórica e crítica sobre as potencialidades e os limites da comissão como política de Estado que buscava

¹ Joffily, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan.-mar. 2018.

² O debate sobre a adjetivação da ditadura parece ter perdido o fôlego, uma vez que independentemente dos termos utilizados, a participação de civis foi fundamental tanto no golpe quanto na ditadura. Rodrigo Patto Sá Motta compreende a acomodação como elemento da cultura política brasileira e um traço que explica algumas características da peculiar transição pós-ditatorial no Brasil. Uma discussão aprofundada sobre o conceito de acomodação, adesão e resistência pode ser encontrada em Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

a superação de um passado traumático, que não nos cabe discutir agora. No entanto, uma das grandes potencialidades materializadas pela CNV foi contribuir para construção de novos temas, objetos e perspectivas ainda pouco visitadas na produção historiográfica: questões de gênero, que, além da temática feminina passaram a enfocar os movimentos LGBTQ, as relações entre a população negra e a ditadura, bem como os povos indígenas no contexto ditatorial, a convivência e a colaboração de empresas multinacionais e brasileiras com o aparato de repressão da ditadura.

Os artigos que compõem este dossiê refletem este processo de emergência de novas temáticas e perspectivas na história da ditadura militar brasileira, trazendo à tona análises e reflexões que demonstram como o legado da ditadura militar continua presente, moldando aspectos fundamentais da nossa sociedade, não apenas no Brasil, mas em diversas partes da América Latina.

Estamos em 2024, 60 anos nos separam do golpe de Estado deflagrado em 1964. A antiga sede da 4ª Região Militar em Juiz de Fora agora abriga a 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, que se autodenomina “Brigada 31 de Março” e ostenta um monumento em homenagem à data da saída das tropas da cidade no início do golpe de 64. Segundo os militares, o nome é devido ao seu “papel decisivo e corajoso na eclosão da revolução democrática”³. O Exército disse ainda que a ruptura democrática representa “um fato histórico enquadrado em uma conjuntura de 60 anos atrás”. Em outras palavras, “o que passou, passou”.

Diante dessa máxima apaziguadora – endossada inclusive no discurso do atual governo do presidente Lula –, devemos nos perguntar, afinal, por que é importante e legítimo rememorar? De que maneira o enfrentamento da memória de 64 se relaciona com o nosso processo de consolidação democrática?

A ditadura militar brasileira faz parte dos chamados temas sensíveis da história do Brasil, principalmente, porque este processo que perdurou 20 anos está longe de se encerrar no passado. As disputas em torno dos sentidos e significados atribuídos ao processo ditatorial brasileiro fazem parte das disputas em torno do passado brasileiro. Essas disputas não ensejam discutir o passado pelo passado, mas sobretudo, propor perspectivas políticas de presente e construir projetos de futuro.

³ Nogueira, Ítalo. Exército cita 'fato histórico' para manter reverência a 31 de março em quartel de Juiz de Fora. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/exercito-cita-fato-historico-para-manter-reverencia-a-31-de-marco-em-quartel-de-juiz-de-fora.shtml>>. Acesso em: 17 dez 2024.

Nos últimos anos, tem aumentado discursos políticos que ensejam estabelecer uma memória romântica sobre a ditadura, negar as violações dos direitos humanos cometidas por agentes do Estado brasileiro e exaltar a figura de torturadores. Esses discursos fazem parte de processos de disputas políticas do presente e de projetos de futuro e representam uma grave ameaça à democracia brasileira e à luta pelos direitos humanos.

Por isso, é importante rememorarmos, continuarmos desenvolvendo pesquisas sobre esse período da história nacional, bem como agirmos coletivamente na busca da construção de uma memória histórica da ditadura que consiga ter capilaridade na sociedade brasileira. A construção de uma consciência histórica crítica é fundamental para a consolidação de um sistema democrático efetivo e para enfrentar os negacionismos históricos.

Os artigos que compõem esse dossiê versam sobre diferentes temas e perspectivas sobre a ditadura militar brasileira, explicando que ainda há muito o que ser pesquisado e estudado sobre o período.

O artigo de Ronaldo Leonel intitulado “Relato sobre o período de autoritarismo civil-militar em uma versão alternativa do Brasil: apropriação pública da história e a distorção digital da realidade” trata de uma temática bastante atual e importante para o debate público sobre a memória da ditadura. O autor se debruça sobre a produção audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” da empresa *Brasil Paralelo*, conhecida por construir discursos negacionistas sobre temas sensíveis da história do Brasil através de produções audiovisuais na internet, sobretudo na plataforma de vídeos Youtube.

Leonel enfatiza que esta produção é um exemplo de uma infinidade de produções das mídias de massa voltadas para o revisionismo e o negacionismo da ditadura civil-militar e que são elaboradas por sujeitos sem especialização na ciência histórica. Estabelecendo uma articulação entre história pública, tecnologias digitais da informação e disputas de memória, o autor nos leva a refletir sobre as implicações desses discursos negacionistas, mediados pelos meios digitais de comunicação e informação, na construção de uma narrativa histórica manipulada sobre o período da ditadura militar brasileira.

Seguindo a mesma temática, o instigante artigo de Gabriela Cruz Abreu: “Das políticas de esquecimento ao negacionismo da ditadura militar brasileira”. A autora discorre sobre um tema atual e caro aos historiadores: a produção e disseminação em

massa de narrativas negacionistas sobre a ditadura militar brasileira na cena pública, impulsionada pelas mídias digitais contemporâneas.

Ao retomar historicamente o conceito de negacionismo, Gabriela Abreu se vale da origem do termo para perceber de que maneira o mesmo é estruturado nos discursos conservadores da atualidade, utilizando como fonte primordial de análise um canal de conteúdo conservador disponível no Youtube. Este trabalho enfatiza a relevância de investigar e refletir sobre a história do tempo presente, bem como os modos de apropriação do passado na atualidade, frequentemente caracterizados por distorções e direcionados a atender propósitos ideológicos e políticos.

Ana Carolina Lima Santos aborda em seu artigo, "A Brasilidade como figura da memória da ditadura civil-militar em obras de arte contemporâneas", como a evocação do patriotismo e do nacionalismo nas artes mobilizam os símbolos nacionais e materializam uma memória da ditadura militar brasileira. A autora afirma que durante a Ditadura Militar Brasileira os símbolos nacionais foram utilizados politicamente para construir uma ideia de unidade Nacional baseado na concordância com o regime autoritário.

Desse modo, o hino nacional, as cores da bandeira, o mapa do Brasil, a natureza exuberante e o caráter acolhedor e pacífico do povo brasileiro serviram de instrumento político para a construção de uma imagem da pátria durante o período ditatorial. Santos também nos apresenta obras de arte contemporânea que usam dos símbolos nacionais para evidenciar o que a ditadura tentou ocultar: a coerção, a violência e a tortura. A partir das obras de autores como Marcelo Brodsky e Gilvan Barreto, a autora analisa o uso das cores da bandeira, da cartografia e do futebol como elementos que compõem as obras que objetivam denunciar as arbitrariedades de um passado autoritário na nossa história nacional.

No artigo "Reparação e anistia: a articulação das associações de anistiados e não-anistiados por políticas de reparação financeira.", Matheus Vitorino analisa o processo contraditório da anistia brasileira e as associações formadas pós-distensão política que englobou militantes, trabalhadores e militares cassados acusados de ameaçarem a segurança nacional.

O autor reflete sobre as organizações de anistiados e não anistiados a partir da ótica do neoinstitucionalismo histórico que reforça a dependência dos efeitos institucionais sobre a atuação dos atores políticos. A atuação das associações é afetada pelos dispositivos legais que, ao longo dos anos, vão permitindo a ampliação das

políticas de indenização e, em movimento similar, reforçam a necessidade de organizações mediadoras desses pedidos de reparação. Vitorino parte da perspectiva de que essas relações entre associações e marcos legais se retroalimentam e limitam outras formas de reparação histórica ao reforçarem a indenização financeira.

Rogério Matos em “Ditadura e luta armada a partir dos pressupostos de gerações em disputa”, analisa as visões de Nelson Werneck Sodré e Joel Rufino dos Santos a partir dos testemunhos de ambos. O artigo constrói um debate sobre os conflitos geracionais e as diferentes posições da esquerda do período sobre a viabilidade ou não da luta armada.

Ao estudar a vida e a trajetória política de Sodré e de Rufino dos Santos, o autor articula as diferenças existentes na sociedade brasileira dos anos 70-80, como classe, *status quo* e geração, com os caminhos de luta política escolhidos por ambos.

Em “Monsenhor Manoel Pestana Filho e a ditadura militar em Santos/SP: uma análise sobre colaboracionismo e anticomunismo católico a partir da documentação da vigilância (1966-1971)”, Gines Salas Neto investiga a formação político-religiosa e a militância anticomunista de monsenhor Manoel Pestana Filho, tecendo uma análise acurada acerca da sua conduta colaboracionista no período da ditadura militar.

O artigo trabalha um aspecto intrigante: notável por um expressivo movimento operário e ironicamente conhecida como *Cidade Vermelha*, a cidade de Santos se sobressaiu como um centro formador de padres conservadores, destacando-se nesse grupo Manoel Pestana Filho, primeiro sacerdote santista a ser nomeado bispo. A análise da trajetória dessa personagem se insere em uma tendência fértil nas linhas de pesquisa atuais que se dedica aos estudos sobre as direitas conservadoras. Sem dúvida esses estudos permitem um melhor conhecimento sobre o compartilhamento de valores autoritários que deram suporte à ditadura, notadamente o anticomunismo, o moralismo religioso e o discurso de defesa da família e da pátria.

As reflexões teórico-metodológicas em torno das relações entre a História e a Literatura já sedimentaram um lugar relevante na Historiografia, e nesta vertente, os estudos sobre narrativas testemunhais configuram um campo fértil para uma melhor compreensão das experiências autoritárias que emergiram nos países do Cone Sul a partir de meados do século XX. O artigo de Mauro Sérgio, intitulado “A memória e o trauma na literatura de testemunho: uma análise a partir da obra ‘pesadelo: narrativa dos anos de chumbo’, de Pedro Tierra” contribui com esta proposta, tomando a literatura de

um militante político perseguido, preso e torturado durante os anos de chumbo como fonte e objeto do seu estudo.

A partir da análise da obra *Pesadelo*, publicada em 2019, o autor tece uma reflexão pertinente acerca da relação estabelecida entre as teorias psicanalíticas e o gênero literário do testemunho, buscando compreender as diversas dimensões do trauma – seja na narrativa, na experiência individual ou na memória coletiva.

O artigo “A educação que nos convém” ou como os agentes do Estado militar destruíram a memória e a materialidade dos ginásios vocacionais de São Paulo (1957-1971)”, de Caio Rodrigo Carvalho Lima, apresenta e analisa o histórico de criação e extinção dos Ginásios Vocacionais (GVs) de São Paulo desde as classes experimentais até a imposição dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs).

Mediante uma análise elaborada da trajetória dos ginásios vocacionais, o texto aborda uma dimensão importante e ainda pouco explorada pela produção historiográfica: de que modo as políticas educacionais foram mobilizadas durante a ditadura militar brasileira com o objetivo de alinhar a educação aos interesses do regime, incentivando a formação técnica para a industrialização e promovendo o controle ideológico com vistas a combater as práticas e conteúdos considerados perigosos ao regime.

Além dos artigos supracitados, este dossiê conta com uma entrevista realizada pelas organizadoras com a professora Dra. Ana Rita Fonteles Duarte sobre sua trajetória acadêmica, suas análises sobre os 60 anos do golpe e suas atuais publicações e pesquisas. A pesquisadora aborda questões sobre as políticas de reparação e anistia, os negacionismos sobre a ditadura e ressalta as mudanças na historiografia sobre a ditadura nas últimas décadas com a consolidação dos estudos de gênero e sua articulação com temas da política nacional.

A Revista *Historiar* conta ainda com quatro artigos na sessão de tema livre. Essa sessão, começa com o trabalho de Francisco Leonardo Silva Alencar, intitulado “Transformações nas mentalidades proprietárias e a lei de terras de 1850: uma análise dos debates sobre o processo de criação de uma nova legislação sobre a terra no Brasil, projetos de 1826, 1830, 1843 e 1850”, onde o autor articula uma análise sobre a formação das mentalidades proprietárias ao longo da primeira metade do século XIX, partindo dos projetos de lei elaborados no período, e questionando como os discursos legitimadores ajudaram a dar forma as concepções de propriedade e como as elites se mobilizaram para poder proteger seus interesses.

Já Ravenna Rodrigues Cardoso, em seu artigo “História agrária e conflitos nas pequenas propriedades rurais de Crato-CE (1892-1895)”, analisa questões fundiárias ao fim do século XIX, tendo o sertão do Cariri cearense como palco de análise, partindo da problematização de processos judiciais que buscaram sintetizar disputas e querelas em suas formas cotidianas, além da atuação da justiça naquele recorte temporal e espacial.

Seguindo para outra dimensão de estudo histórico, Tatiana Olegário da Silva, em “Como se constrói uma santa: práticas e representações da devoção à Benigna Cardoso”, analisa como se dão as representações simbólicas ao longo da história que servem à elaboração da ideia de santidade de uma jovem que foi estuprada e assassina em 1941, em Santana do Cariri, cidade próxima ao Cariri Cearense. Benigna Cardoso hoje tem status de “primeira beata brasileira”.

O pesquisador José Jhonys Ferreira, em “O doente de lepra: identidade social e estigmatização (1930-1940)”, estuda, por meio de uma grande variedade de fontes, como se deram as operações de estigmatização sobre a população doente no Brasil, concluindo que havia variedade de adjetivação para os enfermos, com variação conforme recorte temporal ou espacial levado em consideração durante a análise.

Por fim, em “Uma outra face do diabo: o medo, pedagógico e controlador”, de Davi Silva Júnior, o autor reflete sobre a mentalidade medieval, compreendendo o medo como símbolo de controle dos fiéis da Igreja Católica, a partir de discursos teológicos produzidos pela própria Igreja Católica durante o período medieval e a Renascença.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Ana Marília Carneiro
Universidade Estadual do Vale do Acaraú /UVA
marilia_menezes@uvanet.br

Athaysi Colaço Gomes
Universidade Estadual do Vale do Acaraú /UVA
athaysi_colaco@uvanet.br